

IMPRESSO

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 14 de outubro de 1999

Ano 1 Nº 10

Lages e Criciúma participam do Orçamento Regionalizado

Aprofundar a discussão sobre o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do governo do Estado, período 2000-2003, foi a preocupação demonstrada pelas lideranças políticas do Planalto Serrano e do Sul, reunidas nas Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado nos dias 7 e 8, respectivamente em Lages e Criciúma. No total, 40 municípios se fizeram representar nas duas cidades, levando aos parlamentares cinco reivindicações por município a serem incluídas no orçamento do próximo ano e no PPA.

O Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), lembrou que a execução orçamentária em 2000 será acompanhada diariamente, em parceria com o Tribunal de Contas e o Ciasc, sendo que o não cumprimento do mesmo implicará em crime contra a ordem fiscal. Entusiasmado com a participação das lideranças nesses encontros, o deputado João Rosa (PTB), que preside a Comissão do Orçamento Regionalizado, destacou que as grandes conquistas do homem se devem à persistência.

Ao qualificar de perversa a atual distribuição dos recursos públicos, o prefeito de Lages, Décio Ribeiro (PDT), afirmou que regiões pobres, como a serrana, recebem menos verbas do que outras com menor grau de industrialização. O deputado Sandro Tarzan (PTB) frisou que a região é a mais pobre do Estado, conclamando a consciência do governador e dos parlamentares para reverter esse quadro. Já o deputado Neodi Saretta (PT) disse que a reforma tributária, em votação no Congresso Nacional, retém ainda mais os recursos dos municípios, dificultando a concretização de obras fundamentais à população.



Presidente Knaesel abre audiência pública em Criciúma

(foto Jonas Lemos Campos)

Conselho

Em Criciúma, o prefeito Paulo Meller (PMDB) destacou a importância da participação popular no orçamento, enquanto o seu correligionário, deputado Ronaldo Benedet, definiu o processo como um ato de exercício da cidadania. A democratização do orçamento também recebeu apoio dos deputados Manoel Mota (PMDB) e Francisco de Assis Nunes, líder do PT. No Planalto Serrano, foi eleita como titular do Conselho do Orçamento Regionalizado para o ano 2000 a vice-prefeita de Lages, Terezinha Carneiro (PSDB), tendo como 1º suplente o prefeito de São Cristóvão do Sul, Jaime Cesca (PPB), e 2º suplente o prefeito de São Joaquim, João Carlos Pagani (PMDB). Já no Sul, Vicente Machado da Amesc – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense ficou como titular; Lourival da Rosa da Amurel – Associação dos Municípios da Região de Laguna vai assumir a 1ª suplência e Enio Coan da Amurec – Associação dos Municípios da Região Carbonífera a 2ª suplência.

Continuidade

O Orçamento Estadual Regionalizado reúne nesta quinta-feira 14 em Canoinhas, representantes dos 13 municípios da região Norte do Estado. No ano passado a principal obra reivindicada foi a pavimentação asfáltica da SC - 477. Na sexta-feira 15, o encontro será em Joinville com os 16 municípios da região Nordeste, cujas prioridades no encontro anterior foram: o asfaltamento da SC - 422; aterro sanitário; Pronto Socorro Regional em Jaraguá do Sul e construção de uma ponte sobre o rio Itapocu.

**Registros da Sessão
Solene em homenagem
a parlamentares**

Páginas 4 e 5

**Deputados cobram
solução para salários
atrasados**

Página 8

OPINIÃO

A familiaridade com o Legislativo



A solenidade que prestou homenagem a todos os ex-deputados e ex-presidentes do Legislativo catarinense é o resgate da história de Santa Catarina. Todos os deputados que aqui passaram marcaram as suas presenças na Assembléia Legislativa com trabalhos relevantes oferecidos e prestados ao nosso Estado. Além de resgatarmos a história do Legislativo e homenagearmos essas pessoas, nós resgatamos também a memória deste

Poder, inclusive com serviço muito eficiente e de grande utilidade, não somente ao Poder Legislativo mas principalmente ao público, que poderá ter acesso à história de Santa Catarina. Toda essa história está muito bem organizada através de um serviço elogiável dos funcionários desta Casa, implantado pelo atual chefe do Poder Legislativo, deputado Gilmar Knaesel.

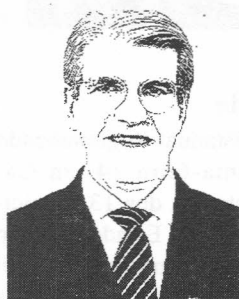
Ingressei na Assembléia Legislativa em 1978 e aqui permaneci por 12 anos. Posteriormente, por iniciativa própria, afastei-me por oito anos, retornando após esse período. Este é o 4º mandato que aqui exerço e já ocupei os cargos de 3º

Secretário, 2º Secretário, 2º Vice-Presidente, 1º Vice-Presidente e também Presidente da Casa. Essa homenagem aos ex-deputados me tocou muito, com grande número de pessoas presentes. Nessa ocasião pude reviver muitos episódios e trabalhos prestados ao Estado de Santa Catarina por aqueles deputados das gestões das quais tive a honra de participar.

Quando assumi a Presidência do Poder Legislativo tive a satisfação de ser o Presidente na oportunidade em que era instalada a Constituinte. Uma das minhas principais missões foi dar todo o apoio para que a Constituinte se realizasse de acordo como ocorreu, sem nada faltar, e sem dúvida alguma ela funcionou como a maior comissão da Casa, que teve como presidente o deputado Aloísio Piazza. Outro fator que marcou minha administração foi a recuperação salarial e funcional do Poder Legislativo. Tive a melhor convivência possível com os funcionários e pude constatar a valorização, o trabalho e a competência de todos. Eles não só colaboraram diretamente com a minha administração, mas acima de tudo com eles aprendi muito.

Deputado Heitor Sché (PFL)

Fatos que marcaram o País ao longo dos anos



Como orador oficial da Sessão Solene que assinalou na Assembléia um retrospecto de sua história, resgate da memória do Parlamento e homenagem aos que ajudaram a construir esse Poder, senti-me duplamente honrado. Pela oportunidade ímpar de ser o porta-voz daquele ato que já faz parte da história do Legislativo e porque pude fazer uma retrospectiva de minha própria história política a serviço da gente catarinense.

Ao usar a tribuna, lancei um desafio ao dizer que não se pode projetar um futuro promissor sem um trabalho consistente no dia de hoje, e sem o resgate do passado. Creio que a Sessão Solene cumpriu plenamente essa tarefa. Há 21 anos ininterruptos nesta Casa, e no sexto mandato consecutivo, já vivenciei etapas bastante distintas. Nesse período ocorreram mudanças radicais no País e, por via de consequência, no Legislativo.

Em 1979 quando me elegi deputado estadual pela primeira

vez, havia só dois partidos políticos no Brasil – Arena e MDB – e o período era marcado por uma forte identidade partidária.

Entre 1983 e 1987 predominava a força partidária e surgiram o PDS e o PMDB. Prevalencia ainda a fidelidade partidária e ocorreram importantes mudanças no País, em todos os segmentos. A oposição venceu, para governador, e tivemos a experiência de sermos oposição no Legislativo.

Em 1993 fui presidente da Assembléia Legislativa e deflagramos o projeto de interiorização do Legislativo. O período que vivenciamos é novamente de alternância, quando retomamos o poder.

Estamos ainda vivendo dificuldades de ordem econômica na esfera federal. O Brasil está sendo entregue nas mãos do capital internacional e a globalização escraviza nosso povo. Esse período está sendo marcado pelos equívocos da política econômica do governo federal, que levou o Brasil à atual situação lastimável.

Deputado Ivan Ranzolin - Líder do PPB

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler

Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos,

Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

GERAL

Jaime Duarte apresenta proposta para reduzir contaminação entre bebês

A sociedade catarinense está vivendo sob uma nova ameaça: o avanço das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a Aids. De acordo com a mais recente estimativa do Ministério da Saúde, dos quase 600 mil infectados pelo HIV (vírus da Aids) em todo o País, Santa Catarina amarga um lugar de destaque nacional.

Itajaí, Balneário Camboriú e Florianópolis estão na mídia como as cidades de maior incidência da doença no Brasil. A pesquisa revelou, ainda, que entre os grupos onde a doença cresce com maior rapidez está o das mulheres.

Para evitar que os bebês sejam infectados antes, durante ou pós-parto, o líder do PPS na Assembléia, Jaime Duarte, entrou com um projeto que dispõe sobre o direito da mulher requerer o teste sorológico anti-HIV,



Deputado Jaime Duarte

através do Sistema Único de Saúde (SUS), como exame complementar dos cuidados pré-natal.

(fotos Jonas Lemos Campos)

O uso do medicamento AZT na gestação, no parto e nas primeiras semanas de vida do bebê reduz a chance de transmissão ao recém-nascido de 25% para 8%, conforme estudos de profissionais da área de saúde. "Se uma única mulher for beneficiada por esta lei (quando aprovada) e tiver seu filho livre de infecção pelo vírus em função do uso adequado do medicamento, teremos assim contribuído para a melhoria da saúde em Santa Catarina", declarou Jaime.

Dos 6.883 casos de Aids registrados no Estado 453 são de crianças que contraíram o vírus durante a gestação ou no parto, segundo a Secretaria da Saúde. O procedimento de prevenção da transmissão vertical do HIV (mãe para filho) foi implantado há dois anos pelo Ministério da Saúde e o AZT já foi usado por 1.531 mulheres grávidas.

Santa Catarina poderá ter policiais indígenas

O deputado Nilson Gonçalves (PFL) apresentou projeto estabelecendo o ingresso de indígenas nos quadros da Polícia Militar. O objetivo maior é utilizar, preferencialmente, os policiais de etnia indígena para os trabalhos nas respectivas reservas existentes no Estado.

Segundo o parlamentar, o projeto inspira-se na necessidade de proporcionar segurança às comunidades indígenas e abrir possibilidades de trabalho aos índios que, devidamente capacitados, garantirão os direitos de sua própria gente respeitando seus costumes e suas necessidades sociais, além de viabilizar a inclusão dos mesmos no contexto social.

"Com o ingresso de indígenas em seus quadros, a Polícia Militar estará dando um passo firme rumo à valorização e à profissionalização de indivíduos que vivem marginalizados e oprimidos pelo preconceito e pela falta de oportunidades, sem acesso à educação, assistência à saúde ou condições dignas de sobrevivência", falou Gonçalves.

Integração

Segundo o comandante da Polícia Militar, coronel Walmor Backes, a matéria é oportuna pois vai promover perfeita integração dos índios com a sociedade, na medida que eles serão inseridos no mercado de trabalho e desta forma respeitados, porque representarão segurança. "A proposição vai diminuir a distância e a falta de entendimento decorrentes do enclausuramento dos índios em suas reservas, onde o homem branco ainda tem receio de chegar", falou.

O projeto, além de oportunizar o aproveitamento da mão-de-obra indígena, instruí-la e valorizá-la, será uma forma de rever valores e tratar os índios como cidadãos, com direito ao trabalho digno e remunerado, e a Polícia Militar está preparada para recebê-los, argumenta o comandante. Ele diz ainda, que a proposta do deputado vem ao encontro do anseio do governo, em construir escolas dentro de reservas indígenas, preservando estilo, etnia e hábitos.

Desenvolvimento da bacia do rio Uruguai

A bancada suprapartidária da região Oeste do Estado, composta pelos deputados Gelson Sorgato, Herneus de Nadal, Narciso Parizotto, Moacir Sopelsa e Romildo Titon (PMDB), Milton Sander e Afonso Spaniol (PPB), Pedro Uczai e Neodi Saretta (PT) e Jorginho Mello (PSDB) está solicitando ao Fórum Catarinense em Brasília medidas para apresentação de emenda coletiva ao Plano Plurianual do governo federal, priorizando o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do rio Uruguai.

O Plano foi elaborado de forma conjunta por representantes de instituições da região Oeste e por técnicos ligados aos governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, integrando cerca de 160 municípios catarinenses. Tem como diretriz estratégica que o desenvolvimento da região deverá basear-se em processo de reestruturação produtiva, definindo novos padrões de competitividade para a economia local, capazes de promover a criação de novas oportunidades de trabalho e a melhoria na qualidade de vida.

SESSÃO SOLENE



Execução do hino nacional abre Sessão Solene

Ao inaugurar o Centro de disposição do público em Florianópolis relativos a cem anos de independência do Estado catarinense reuniu em Sessão Solene as 13 Legislaturas, que se transformou em um momento de reflexão e compartilhamento. Foram antigos adversários que se reencontravam reventando em lágrimas que, acalmadas, se reconheciam como o resultado da construção da democracia. Passado e presente se encontravam no mesmo condutor da história que fortaleceu o Estado de

Fotos: Jonas Leão e C...



Deputado Heitor Sché e ex-governador Ivo Silveira



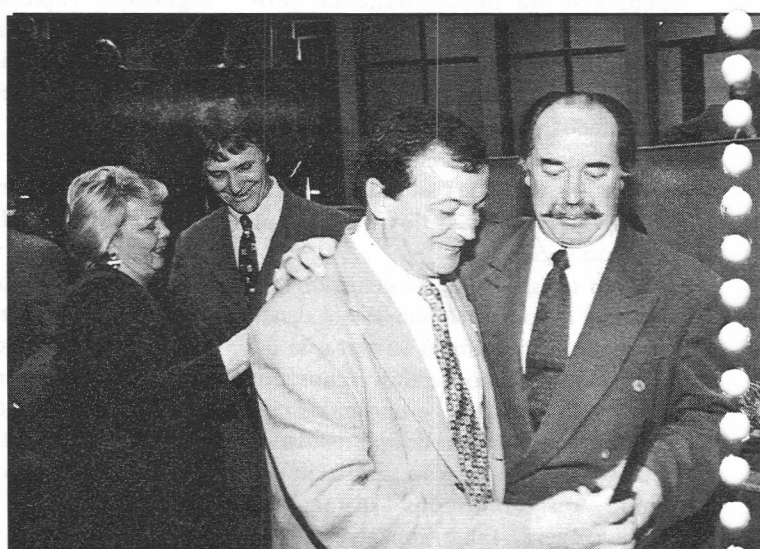
Deputados Ivan Ranzolin e Ideli Salvatti



Ex-deputado Ziggelli e deputado



Ex-deputado Manique Barreto e deputado Ronaldo Benedet



Jamilé Machado e Ildo Tramontin são homenageados em nome dos servidores

da Memória, colocando à na coleção de documentos e História, o Legislativo esse. Os deputados re iniciaram em 1947. n momento de encontro n sações e saudações entre com o passar do tempo, se os pelo brilho da sabedoria meções do passado, se s verdadeiros pilares da racia em nosso Estado. se encontravam num fio ine. utavelmente, passa pelo o F. Legislativo.



Deputados das 13ª e 14ª Legislaturas

mp e Giancarlo Bortoluzzi



do P-nticelli



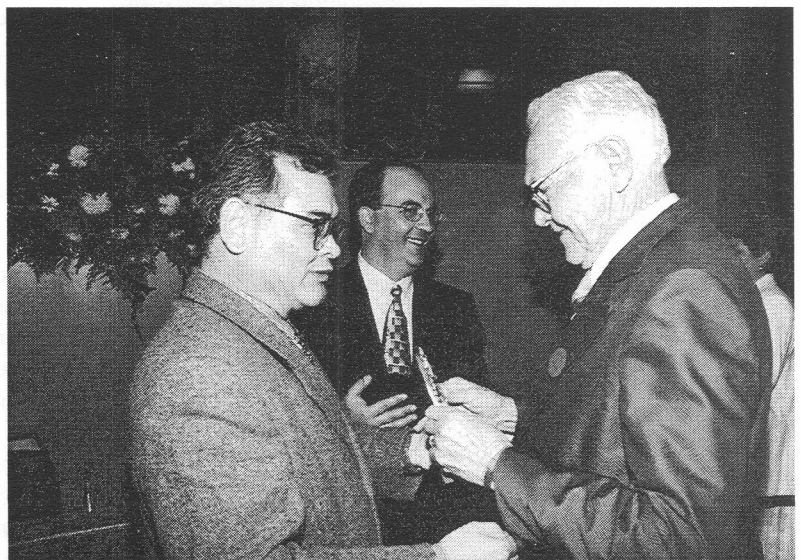
Deputado Mendonça e ex-deputado Gervásio Maciel



Ex-deputado Milton C. Oliveira e deputada Odete do Nascimento



Ex-deputado Roskamp e deputado Nilson Gonçalves



Deputados João Rosa e Jorginho Mello homenageiam ex-deputado Lauro Locks

PLENÁRIO

Presídio regional

Em razão da população de Rio do Sul estar apreensiva com a situação do atual presídio localizado no centro da cidade, ao lado da agência do INSS, nos fundos do posto de saúde e a menos de 200 metros de dois colégios, onde estudam 1.647 alunos, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) apresentou indicação ao Governador do Estado e ao Secretário da Justiça e Cidadania.

O parlamentar está solicitando medidas para a construção de um presídio regional no Alto Vale do

Itajaí, para atendimento de todos os municípios daquela região.

O prédio que abriga a cadeia de Rio do Sul foi construído há mais de 40 anos e encontra-se com superlotação constante e não oferece condições de segurança adequadas, informa o deputado. Diz que, em face do grande número de demandas judiciais, urge a adoção de medidas para a transformação daquela base penal em presídio regional, trazendo efetivos benefícios a toda a população local.

Linguagem de sinais deverá ser oficializada

O deputado Milton Sander (PPB) é o autor de projeto já aprovado na Comissão de Justiça e que reconhece como meio de comunicação objetiva e de uso corrente a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dispõe sobre sua implantação como língua oficial na rede pública de ensino para surdos.

A rede pública de ensino deverá garantir acesso à educação bilíngue - Libras e Língua Portuguesa no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do sistema educacional.

Pelo projeto do deputado Sander, a Língua Brasileira de Sinais fica incluída como conteúdo obrigatório nos cursos de formação na área de surdez em nível de 2º e 3º graus. Também nos currículos da rede pública de ensino dos cursos de magistério e de formação superior nas áreas de ciências humanas, médicas e educacionais.

À administração pública

cabe manter em seus quadros funcionais profissionais surdos e intérpretes da Libras. Em suas repartições, bem como em estabelecimentos bancários e hospitalares, os surdos deverão ter atendimento especial através de intérpretes.

Milton Sander diz que a Língua Brasileira de Sinais propicia o desenvolvimento lingüístico e cognitivo da pessoa surda, facilitando o processo de aprendizagem de línguas orais. Serve ainda de apoio para a leitura e compreensão de textos escritos e favorece a produção escrita.

“Os deficientes auditivos representam 10% da população brasileira. Desse total, 300 mil são surdos profundos - não falam e não escutam. Estima-se que em Santa Catarina são 12 mil casos. O projeto da Libras vai permitir que essas pessoas tenham a atenção necessária”, afirmou o parlamentar.

Incentivo à doação de órgãos

Aprovado projeto de lei de autoria do deputado Altair Guidi (PPB) que cria o Programa de Incentivo à Doação de Órgãos a pessoas comprovadamente carentes, ou seja, para aquelas que têm renda familiar de até três salários mínimos. O Programa visa proporcionar o

benefício do auxílio-funeral, no valor de até quatro salários mínimos, para as famílias que concordarem com a doação de órgãos. Diz o deputado que a matéria tem por objetivo aumentar a doação de órgãos e, ao mesmo tempo proporcionar um funeral digno ao falecido.

Língua estrangeira no 2º grau

Inclusão de idioma estrangeiro que identifique-se com a origem étnica predominante nas regiões do Estado, no currículo escolar de 2º grau, foi aprovada em projeto de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL). O parlamentar justifica que Santa Catarina apresenta características marcantes no

que se refere à cultura dos diversos grupos étnicos que para cá imigraram no final do século passado, notadamente os de origem germânica, que se fixaram no Vale do Itajaí, assim como os italianos na região Sul, os austríacos no Oeste e os poloneses e ucranianos na região do Planalto Norte, entre outros.

Mantido veto ao projeto da Microrregião de Taió

Por 20 votos não, 6 votos sim e dois em branco, os deputados mantiveram o veto total ao Projeto de Lei Complementar 03/99 que cria a microrregião de Taió. Com sede na cidade de Taió, a microrregião abrangeria ainda os municípios de Salete, Rio do Campo, Mirim Doce, Santa Terezinha e Pouso Redondo. O governador Esperidião Amin vetou o projeto do

Legislativo por considerá-lo inconstitucional, com pareceres da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul e da Procuradoria Geral do Estado.

A justificativa do veto teve como base o parágrafo 2º da Constituição Estadual dispondo que “não será criada microrregião integrada por menos de quatro por cento dos municípios catarinenses.”

Unificados os projeto que tratam de transportes

Aprovado na Comissão de Justiça substitutivo global de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL), que reúne em um só projeto iniciativas de sete deputados visando transporte rodoviário intermunicipal mais barato aos policiais militares, aos bombeiros e aos idosos carentes.

O substitutivo inclui ainda projeto, de autoria do próprio deputado, que prevê transporte gratuito aos portadores de doenças renais crônicas. A matéria está para a apreciação dos deputados que integram a Comissão de Transportes e, posteriormente, vai a Plenário para votação final.

Mendonça quer isenção de impostos sobre leite longa vida

A fuga dos produtores de leite, que têm recorrido ao Rio Grande do Sul para envasar o leite tipo longa vida, pode estar com os dias contados. A Assembléia poderá beneficiar os produtores caso aprove, até o final do ano, projeto do deputado Rogério Mendonça, que prevê isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para o leite longa vida. "Precisamos proteger os interesses da economia catarinense. Não podemos é admitir que os nossos produtores busquem no Rio Grande do Sul a isenção do imposto", reclama.

Na semana passada o presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios e

Produtos Derivados de Santa Catarina, Mauro Dresch, denunciou que pelo menos 25% dos produtores têm transferido para o Rio Grande do Sul o envasamento do leite. Ele defendeu a isenção do ICMS, atualmente tributado no Estado catarinense em 7% e também sobre o queijo, em 12%.

De acordo com o projeto de Mendonça, a não-taxação atinge todas as operações e prestações internas com o leite longa vida. A iniciativa também admite a concessão do crédito presumido equivalente a 5% do valor da operação de que decorrer a saída de queijo, aos produtores e fabricantes do produto.

OAB contesta decisão da AL

A Alesc aprovou ainda em setembro um projeto de lei complementar que está causando polêmica entre o Legislativo e o Judiciário. Trata-se do retorno de notários e tabeliães de aproximadamente 100 cartórios extrajudiciais de todo o Estado.

A OAB/SC contesta a decisão dos parlamentares e ingressou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. A Ordem dos Advogados alega que até 1994 - ano que entrou em vigor a lei federal 8.935 exigindo concurso público e bacharelado em Direito para a contratação, os cartórios obtinham suas nomeações através de indicação. Mas o artigo 14 das disposições transitórias da Constituição Estadual mantinha no cargo os funcionários sem concurso, apesar da lei federal. Em 96 ação semelhante ingressada pela OAB no STF foi con-

siderada procedente. Na época o Tribunal de Justiça afastou os cartórios indicados e fez uma nomeação provisória até que a Constituição Estadual fosse alterada.

Na verdade, o que sofreu alteração foi o projeto de regulamentação da lei enviado à Alesc pelo presidente do Tribunal de Justiça, João Martins. Os deputados alteraram o texto e em agosto aprovaram um substitutivo do deputado Onofre Agostini (PFL), que prevê a realização de concurso. No entanto, os funcionários que já estavam nos seus cargos permanecem. O parlamentar disse que a aprovação foi para garantir o cargo aos cartórios até a decisão final do STF (sob júdice). "Se a decisão for contrária à manutenção dos cargos, os cartórios podem ser exonerados e substituídos por funcionários concursados".

Mais quatro regiões metropolitanas no Estado

As regiões metropolitanas de Criciúma, Tubarão, Lages e Itajaí poderão ser implantadas graças à aprovação do projeto de lei complementar do deputado Joares Ponticelli (PPB) aprovado por 23 votos. A legislação vigente, de acordo com a lei complementar nº 104 de janeiro de 1994, não permite que se criem Regiões Metropolitanas em regiões com menos de 10%

da população do Estado. A proposição de Ponticelli prevê a redução desse percentual para 6%.

A expectativa do deputado é de que até o final deste ano seja sancionada pelo Governador e publicada a nova lei para, já no início do próximo ano, apresentar um projeto de lei dispondo sobre a criação das quatro novas Regiões Metropolitanas no Estado.

Sorgato propõe dados sobre os municípios nas rodovias

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) quer impulsionar o turismo no Estado, por meio de um projeto no qual os turistas terão acesso às informações acerca dos municípios visitados. A iniciativa fixa obrigatoriedade na colocação de um placa, contendo dados geográficos e econômicos, na rodovia ou estrada de acesso principal do município.

"A disponibilização de dados peculiares auxiliará no conforto e hospitalidade destinados aos visitantes, bem como desenvolverá subsídios ao conhecimento geral. Não podemos trabalhar o potencial dos nossos municípios apenas na temporada de verão", justifica.

A proposta prevê que as placas sejam padronizadas, de tamanho visível, com in-

formações sobre a área territorial, o número de habitantes, a atividade principal, a data de emancipação e os principais pontos turísticos.

Em um dos artigos, o projeto exige a atualização das placas na ocorrência de modificação de dados. Os dados populacionais devem ser atualizados num intervalo de dois anos, mediante informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

"Atualmente, várias pessoas ingressam em nosso território durante os 12 meses do ano, com o intuito de conhecer as belezas naturais e a nossa cultura. O projeto é apenas um instrumento para estimular o desenvolvimento do turismo catarinense", assegura Sorgato.

Sopelsa reivindica recapeamento da BR-282

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) encaminhou indicação ao diretor do DNER solicitando o recapeamento da BR-282, no trecho entre os trevos de acesso a Xanxerê e a Irani. Segundo o parlamentar, o local encontra-se em

precárias condições de tráfego devido aos buracos na pista. "Por conta disso, o escoamento dos produtos e mercadorias da região Oeste fica diretamente prejudicado, sem contar os acidentes com mortes e os prejuízos materiais".

ESPECIAL

Ideli exige que Governo pague salários atrasados do funcionalismo

Deputados integrantes da Comissão de Trabalho e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa procuraram representantes do governo do Estado, esta semana, para discutir a possibilidade de utilização da sobra no caixa do Tesouro, devido à entrada do dinheiro obtido através da federalização da dívida do Ipesc, para pagamento de salários atrasados dos servidores públicos estaduais. A idéia partiu da deputada Ideli Salvatti (PT), que em reunião da Comissão, na manhã da última quarta-feira, apresen-

tou requerimento verbal no qual solicitou que fosse tomada uma iniciativa junto ao Governo para que haja uma medida que resolva o impasse dos salários atrasados, informou a parlamentar.

Em pronunciamento Ideli lembrou que, nos últimos meses, o Governo tem tentado justificar o não

pagamento de salários atrasados do funcionalismo ao alegar que não tem dinheiro em caixa e que as emendas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao projeto de federalização da dívida do Ipesc impedem que o dinheiro seja utilizado para salários. "Agora caiu a máscara desse Governo", comentou Ideli. Ela explica

que "as emendas do senador obrigam que o Governo pague, realmente, pensões e aposentadorias pelo Ipesc. Mas o Governo pode usar a sobra de caixa - que neste mês equivale a R\$ 50 milhões - para começar a pagar os salários atrasados", informou a deputada, que atribui unicamente ao governador Esperidião Amin a decisão de não pagar os atrasados. "O Governador prefere deixar os salários em atraso, culpar o Suplicy, que não tem nada a ver com isso, e fazer demagogia antecipando o 13º salário", declarou Ideli.

Deputada Ideli quer solução para impasse dos salários atrasados dos servidores públicos estaduais

Orçamento para o ano 2000 está tramitando na AL

O projeto de lei governamental que trata do orçamento do Estado para o ano 2000, foi protocolado na Assembleia no último dia 30, lido no expediente da sessão ordinária da tarde de segunda-feira 04, distribuído em avulsos aos deputados e encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação. O presidente da Comissão, deputado João Rosa (PTB) avocou a relatoria e a matéria

será objeto de discussão em reunião da Comissão na próxima semana, ainda a ser marcada, ocasião em que Rosa apresenta o cronograma de trabalho

A receita orçamentária está estimada em R\$ 4,291 bilhões, sendo que caberá ao Legislativo R\$ 79 milhões, ao Tribunal de Justiça R\$ 132 milhões, ao Tribunal de Contas R\$ 26,4 milhões e ao Ministério Público R\$ 44,5 milhões.

Recursos para termelétrica da região carbonífera

O deputado Clésio Salvaro (PFL) solicitou a intervenção do Governador do Estado para a inclusão de recursos no "Programa Avança Brasil", destinados à Usina Termelétrica da Região Carbonífera de Santa Catarina. Diz que a viabilização do empreendimento concorrerá para o aproveitamento do carvão catarinense, garantindo empregos e o desenvolvimento social e econô-

mico para o Estado.

Ao mesmo tempo, Salvaro enviou telegrama ao Ministro das Minas e Energia solicitando providências efetivas destinadas a viabilizar a Usina Termelétrica da Região Carbonífera de Santa Catarina. Essas providências vão desde a inclusão dos recursos necessários ao empreendimento, até a instalação e funcionamento dessa unidade geradora de energia.

Agenda

Dia 14, às 9:30 horas, Audiência Pública do Orçamento Regionalizado na AABB, em Canoinhas.

Dia 15, às 9:30 horas, Audiência Pública do Orçamento Regionalizado na Amunesc, em Joinville.

Dia 15, às 16 horas, Comissão de Serviços Públicos entrega pedido de informação aos Secretários da Fazenda e Administração sobre origem dos recursos para pagamento do 13º ao funcionalismo. Local: Palácio do Governo

Dia 18, às 9 horas, Comissão de Agricultura participa na Fiesc do Seminário Agronegócio Brasileiro/SC.

Dia 18, às 17 horas, CPI do Besc - depoimento do atuário da Fusesc Altair Doerner Hoepers.
Local: Plenarinho

Dia 19, às 10 horas, Audiência Pública promovida pela Comissão de Saúde para discutir a implantação do Plano de Assistência Médica.
Local: Plenário

Dia 19, às 10 horas, Comissão de Finanças recebe relatório das contas do governo Paulo Afonso.
Local: Sala das Comissões

Dia 19, após sessão plenária, Comissão de Transportes analisa parecer ao projeto que prevê redução de IPVA.
Local: Sala das Comissões